

**PROCESSO** - A. I. Nº 206957.0013/13-3  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - MOREIRA, TOLEDO & CIA. LTDA (LEO MADEIRAS) – ME  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 4º JJF nº 0109-04/14  
**ORIGEM** - INFAZ FEIRA DE SANTANA  
**INTERNET** - 06/02/2015

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO C.J.F. Nº 0025-12/15

**EMENTA:** ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. ANTECIPAÇÃO. AJUSTE DE ESTOQUE. OMISSÃO DE PAGAMENTO. Interposição de fato extintivo. Erro ao preencher o DAE correspondente, pois indicou indevidamente o período de competência como sendo 01/2011 ao invés do correto que era o mês de 12/2010. Faz prova dessa alusão, no qual não trouxe nenhum prejuízo aos cofres públicos, pois foram recolhidos todos os encargos tributários com base no Decreto nº 12.470/2010, que disciplina a matéria, cabendo apenas providências do setor (REDAE) para correção do período de referência. Infração insubsistente. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto pela 4ª JJF que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração, lavrado em 28/09/2013, reclamando ICMS e multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$128.676,60, sendo objeto do Recurso a infração abaixo:

*INFRAÇÃO 2 - 07. 33. 01 - Deixou de recolher, por antecipação tributária, ICMS relativo ao ajuste de estoque de produtos incluídos no Regime de Substituição Tributária. Valor Histórico: R\$58.431,89. Multa de 60%. Mês de jan/11.*

Consta, na fl. 39, o Termo de Confissão de Dívida no valor de R\$70.244,71, em 14/11/2013. Renuncia, nesta oportunidade, o direito de defesa ou de Recurso para discussão do crédito tributário lançado, exceto quanto à infração 2, em virtude da adesão ao benefício da Lei nº 12.903/2013.

Nas fls. 51/52 e 66/67, constam extratos de pagamento parcial do débito no valor de R\$68.467,09 referente às infrações 1, 3, 4, 5, 6 e 7 reconhecidas pelo autuado.

O autuado apresenta impugnação tempestiva às fls. 41/42, informação fiscal, fl. 48 e a JJF decidiu pela Procedência Parcial com os seguintes fundamentos:

### "VOTO

*Inicialmente, constato que o presente Processo Administrativo Fiscal - PAF está revestido das formalidades legais no que preceitua o regulamento - RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629 de 09 de julho de 1999, tendo sido apurados o imposto, a multa e a respectiva base de cálculo, conforme demonstrativos e documentos juntados aos autos. Há, inclusive, clareza quanto à indicação do nome, endereço, qualificação fiscal do sujeito passivo e das condutas típicas do ilícito administrativo, bem como o nítido exercício do direito de defesa e do contraditório pelo impugnante.*

*Configura-se a presente lide no lançamento relativo à infração 2, visto que houve reconhecimento, através do Termo de Confissão de Dívida, fl. 39, das infrações 1, 3, 4, 5, 6 e 7, além do pagamento parcial do débito tributário demonstrado à fl. 67. Dessa forma, concluo que essas infrações estão caracterizadas.*

*No que tange à infração 2, o impugnante interpõe fato extintivo, em face do respectivo lançamento, ao juntar aos autos documento de pagamento do débito tributário concernente ao ajuste de estoque, conforme fls. 43/44, no atendimento às disposições contidas no Protocolo ICMS 104/2009 e do Decreto Estadual nº 12.470/2010, situação posta acolhida pelo autuante. Assim, a mencionada infração resta insubsistente.*

*Portanto, com base nos arts. 140 e 141, do RPAF/99, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do presente Auto de Infração, devendo ser homologados os valores recolhidos.*

*Recomendo intimação ao sujeito passivo, pela Inspetoria Fiscal da respectiva circunscrição, para retificação do campo "referência" do documento de pagamento - DAE relativo à infração 2, apresentado à fl. 43."*

A Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente Decisão para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea "a", do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

O conselheiro Paulo Danilo Reis Lopes declarou-se impedido na assentada do julgamento dos autos, sendo substituído pelo suplente Maurício Souza Passos.

## VOTO

O presente Recurso de Ofício foi originado da Decisão de piso, a qual julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em comento, e encaminhado para esta Câmara de Julgamento Fiscal, nos termos do art. 169, inciso I, alínea "a", do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

O recorrido apresentou impugnação tempestiva às fls. 41/42, realçando que ao ser intimado forneceu todos os livros e documentos fiscais solicitados pela auditoria fiscal da SEFAZ e após análise dos mesmos, concluiu a fiscalização por emitir o Auto de Infração ora discutido.

Apenas argui quanto à infração 2, afirmando ter recolhido o valor de R\$58.431,89. Informa que no preenchimento do DAE correspondente, indicou indevidamente o período de competência como sendo 01/2011 ao invés do correto que era o mês de 12/2010.

Faz prova dessa alusão, às fls.43/44 dos autos. Comenta que este equívoco não trouxe nenhum prejuízo aos cofres públicos, pois foram recolhidos todos os encargos tributários com base no Decreto nº 12.470/2010, que disciplina a matéria, cabendo apenas providencias do setor (REDAE) para correção do período de referência.

Para as demais infrações de números 1, 3, 4, 5, 6 e 7 houve confissão de dívida (fls. 39), valendo-se dos benefícios fiscais, art. 4º Lei nº 12.903/2013; nas fls. 51/52 e 66/67, constam os Detalhes de Pagamento PAF (SIGAT) no valor de R\$68.467,09 referente a estas infrações todas reconhecidas pelo autuado.

Interposto fato extintivo pelo recorrido, conforme prova material à fl.43/44, a referida infração 2 é insubsistente.

Voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206957.0013/13-3**, lavrado contra **MOREIRA, TOLEDO & CIA. LTDA (LEO MADEIRAS) – ME**, no valor de **R\$68.269,57**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, alíneas "d" e "f", da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$1.975,14**, prevista no inciso XI, do mesmo diploma legal, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/05, devendo o recorrido ser cientificado desta Decisão e serem homologados os valores recolhidos com os benefícios da Lei nº 12.903/13.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de janeiro de 2015.

JOSÉ ANTONIO MARQUES RIBEIRO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

OSWALDO IGNÁCIO AMADOR - RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS